

MUNDIALIZAÇÃO ECONÔMICA E EXCLUSÃO SOCIAL

Vera Maria Neves SMOLENTZOV*

Resumo: Este artigo aborda o problema social como uma questão do capitalismo, agravado pela mundialização econômica.

Palavras-chave: Mundialização econômica; exclusão social.

Introdução

“Depois de 3 séculos de prodigioso desenvolvimento científico, torna-se intoleravelmente alienante concluir com Wittgenstein que a acumulação de tanto conhecimento sobre o mundo, se tenha traduzido em tão pouca sabedoria do mundo, do homem consigo próprio, com os outros, com a natureza!”

Muito se tem discutido sobre os conceitos de mundialização e globalização e de seus efeitos políticos, sociais, culturais e jurídicos, tanto no plano internacional como no nacional. No plano internacional podemos observar as relações entre os países envolvidos nesse processo: as economias e companhias centrais do processo de oligopolização econômica, as periféricas – subdesenvolvidas ou em desenvolvimento e cuja competitividade internacional se acha comprometida por sua instabilidade econômica, político-social; e as que se situam fora da faixa do interesse internacional – as chamadas “zonas de pobreza”, que “nada” tem a oferecer ao mundo internacional além da ameaça de migração de suas populações famintas e miseráveis.

No plano nacional, podemos observar uma intensa diminuição do papel do Estado, principalmente nas questões sociais, alterando e desregulamentando as condições de reprodução da força de trabalho (terceirização, desemprego, subemprego, emprego-informal) além de aumentar ainda muito mais a desigualdade e a exclusão social. Os países cujas condições de proteção ao trabalho (através de suas lutas sindicais e mobilização social) já haviam alcançado uma efetiva política social (*Welfare State*) sofreram menos os efeitos devastadores dessa política de contenção social feita em nome de uma melhoria na capacitação econômica e aumento de competitividade internacional. No entanto, os países cujas economias e

* Mestranda em Sociologia na PUC/SP. Docente na FCEA-CEP 16015-280-Araçatuba (SP).

¹ citação de Wittgenstein IN: Santos, B.S. *Introdução à uma Ciência Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989, p. 147.

sistemas político-sociais se mostravam frágeis e instáveis, e com uma pequena mobilização social para garantir minimamente essa política social sofreram mais os efeitos avassaladores do ponto de vista social, pois o seu poder de barganha internacional ficou dramaticamente diminuído – uma vez que suas estruturas produtivas foram seriamente comprometidas pela sua falta de condições em promoverem as mudanças tecnológicas e de relações de trabalho tão necessárias para diminuir essa distância social que foi ficando cada vez maior, e em menor tempo.

Todas essas dificuldades internacionais serviram também para agravar e aumentar drasticamente as distâncias entre os países centrais e os outros, deteriorando ainda mais os mecanismos de trocas internacionais, numa economia oligopolizada e mundializada.

Acirrando ainda mais essas contradições, quer no contexto nacional, como no internacional, é necessário incluir também a participação efetiva das mulheres nesse mercado de trabalho globalizado, quase sempre como um trabalhador de “2ª categoria”, recebendo menos recursos pelos mesmos trabalhos executados.

Assim, pode-se perceber que a mundialização é um processo de desempenho do sistema capitalista, que se apresenta, no final do século XX, como um modo de produção e um processo civilizatório que

além de desenvolver e mundializar as suas forças produtivas e as suas relações de produção, desenvolve e mundializa, padrões e valores sócio-culturais, formas de agir, sentir, pensar e imaginar. Nas diferentes tribos, clãs, nações e nacionalidades, ao lado das suas diversidades culturais, religiosas, lingüísticas, étnicas ou outras, formam-se ou desenvolvem-se instituições, padrões e valores em conformidade com as exigências da racionalidade, produtividade, competitividade e lucratividade indispensáveis à produção de mercadorias, sem as quais não se realiza a mais-valia. Os princípios da liberdade, igualdade e propriedade, articulados juridico-politicamente em contrato, aos poucos se impõem e generalizam em ambientes sociais em que prevalecem tribalismos, tradicionalismos, patriarcalismos e patrimonialismos. (IANNI, 1996, p. 40).

1. A crise do capitalismo do século XX

Verifica-se com a falência do princípio liberal do livre comércio a partir das crises de superprodução, como a da Grande Depressão de 1873-96 e que representou a passagem para que o capitalismo monopolista (caracterizado por uma forte concentração de capitais, fusão do capital industrial ao financeiro, criando

monopólios, modificando o perfil das empresas e dos empresários, além de acirrar as disputas internacionais) e da Depressão de 29, levando ambas as crises às Guerras Mundiais e a uma nova maneira de representar o mundo e de tentar atenuar os efeitos devastadores da recessão econômica do capitalismo ocidental, através de uma política de intervenção do Estado na economia para corrigir os efeitos da recessão a partir da política do *New Deal* (de inspiração Keynesiana e adotada pelo governo do presidente Roosevelt, com a finalidade de tentar regular as disputas entre os fatores capital e trabalho, basicamente). “O período de 1929-33 foi de um abismo a partir do qual o retorno a 1931 tornou-se não apenas impossível, como impensável. O velho liberalismo estava morto ou parecia condenado”. (HOBSBAWN, 1996, p.110)

Surgiram aí os ingredientes necessários para a manutenção e expansão do capitalismo ocidental, que já havia evoluído nos países centrais do capitalismo industrial para o monopolista e entrava agora em sua fase estatal de programação econômica, dentro do projeto de desenvolvimento capitalista (uma vez que se mantém intactos os seus princípios fundamentais de propriedade privada e de apropriação da mais-valia). A intervenção do Estado, principalmente nos países europeus, seria não somente reguladora (como nos EUA) mas também providenciária (*Welfare-State*). Nos países periféricos, essa intervenção foi do tipo desenvolvimentalista.

No Estado Desenvolvimentalista os gastos de infra-estrutura e empresas públicas crescem e absorvem a quase totalidade do orçamento e crescem continuamente. Por outro lado, os gastos sociais crescem minimamente, configurando sociedades com profundas tendências à desigualdade e exclusão social. (CEPÊDA, 1998, p.196).

2. Mundialização como processo de expansão capitalista

Em primeiro lugar, é importante decifrar, como propõe Chesnais, termos carregados de ideologia, pois, “eles não são neutros. Eles invadem o discurso político e econômico cotidiano, com muita facilidade pelo fato de serem termos cheios de conotações (e por isso utilizados, de forma consciente, para manipular o imaginário social e pesar nos debates políticos) e, ao mesmo tempo, vagos”. (1996, p.24)

É por isso que o termo “mundialização” (*mondialisation*) teve dificuldade de se impor porque, em primeiro lugar, não faz parte da língua inglesa (veículo oficial do capitalismo) e depois porque ele tende a mostrar mais claramente que a economia se mundializou e que, portanto, é necessário e urgente a construção de instituições políticas mundiais que sejam capazes de dominar e delimitar seu movimento, fato que os países do Grupo dos Sete (EUA, Canadá, Japão, França, Alemanha, Reino Unido, Itália e que dominam atualmente o mundo) não aceitam de forma

alguma (CHESNAIS, 1996, p.24). Em contraposição, o termo “globalização” (*globalization*) é enfocado, principalmente, pelas “Business Schools”, e se refere fundamentalmente à capacidade da grande empresa de elaborar para si mesma uma estratégia seletiva em nível mundial, a partir de seus próprios interesses, mas criando, por essa mesma razão, graves dificuldades para os demais atores do processo, quer sejam países, outras empresas ou trabalhadores. (1996, p.37)

Tomadas essas precauções metodológicas, será o termo “mundialização” o eleito para designar tanto a questão do comércio internacional, quanto a das empresas (e, portanto do capital), assim como da globalização financeira e suas ligações e implicações nas relações internacionais capitalistas, bem como nos graves distúrbios nos planos econômicos, financeiros, políticos, sociais, jurídicos e culturais dentro da própria estrutura interna dos países envolvidos (centrais e periféricos). Enfim, a mundialização será tratada como um processo de desempenho capitalista em sua multiplicidade de aspectos nacionais e internacionais, mantido o estatuto básico de dependência mundial.

A mundialização é o resultado da mais longa acumulação ininterrupta do capital industrial associado ao financeiro, desde 1914. E das políticas de liberalização, privatização e desmantelamento das conquistas sociais e democráticas, desde o início da década de 80, e impulsionadas sobretudo pelos governos Thatcher (Inglaterra) e Reagan (EUA). As novas tecnologias, como automação, teleinformática e novas práticas administrativas de liberação de mão-de-obra (tanto em relação à precariedade de empregos, como à desregulamentação e flexibilização dos contratos de trabalho) foram adotadas e impostas à classe operária. Essas novas práticas levaram à diminuição dos salários e da proteção social dentro e fora dos países considerados principais pólos econômicos mundiais.

Nos países centrais cujas economias podiam ser consideradas estáveis e cuja população trabalhadora já havia conseguido substanciais conquistas sociais e um “bem montado” Estado do Bem Estar Social, essas novas práticas de desregulamentação e diminuição da participação do Estado na sociedade foram sentidas, mas sua população trabalhadora ainda teve condições mínimas de manter seus níveis de emprego e reorganizar suas relações de trabalho, Mas nos países de periferia, subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, esse rearranjo econômico, social e político foi, no mínimo desastroso. A diminuição do Estado se deu, principalmente, e por questões políticas, justamente nas áreas sociais (como saúde e educação) deixando suas populações ainda mais indefesas do ponto de vista social, e levando-as a formar um grande contingente de desempregados, a aumentar a desigualdade social e o número de excluídos.

Nas áreas em que predominava o Estado controlador e empresarial, as antigas condições político-econômicas foram mantidas. Os países centrais e de economias estáveis conseguiram manter sua competitividade internacional mantendo e/ou aumentando sua capacidade produtiva e financeira (migração internacio-

nal constante de grandes fluxos de capital, operados por competentes e anônimos operadores de câmbio, comandando uma admirável especulação financeira internacional, em busca de uma maior liquidez e credibilidade dos mercados globalizados). Suas relações internacionais de troca (comerciais, empresariais e de serviços) ficam garantidas pela oligopolização mundial, pela sua eficiente economia produtiva e sua indisfarçável predominância política internacional, de regulamentação internacional, sofrendo ainda mais agudamente todo o processo de rearranjo político e econômico do capitalismo mundial.

Alguns países (África, Ásia), no entanto, que estão fora do interesse internacional porque suas economias e sistemas políticos sociais instáveis não apresentam possibilidades de “atrair” capitais e nas relações de troca internacional “nada” tem a oferecer ao mercado, exceto a ameaça de migração de suas populações carentes e famintas, acabam se constituindo em verdadeiras “zonas de pobreza” extrema à margem do circuito internacional.

O termo oligopólio mundial refere-se a um “espaço de rivalidade” industrial que se forma sobre a base da expansão mundial dos grandes grupos, de seus investimentos e da concentração internacional resultante das aquisições e fusões efetuadas para esse fim. Esse espaço é um lugar de encarniçada concorrência, mas também de colaboração entre os grupos. (CHESNAIS, 1996 p.36).

A mundialização do capitalismo traz consigo a transformação do mundo em algo que parece uma “fábrica global”. Com a internacionalização do capital, há a internacionalização do processo produtivo com suas conseqüências naturais: internacionalização das questões sociais e trabalhistas. E conceitos como “fábrica global” e “shopping center” começam a ser veiculados e usados como expressões comuns para se designar a produção e o consumo em escalas mundiais.²

A internacionalização do capital, compreendida como internacionalização do processo produtivo ou da reprodução ampliada do capital, envolve a internacionalização das classes sociais, em suas relações, reciprocidades e antagonismos. Como ocorre em toda formação social capitalista, também na global desenvolve-se a questão social. Quando se mundializa o capital produtivo, mundializam-se as forças produtivas e as relações de produção. Esse é o contexto em que se dá a mundialização das classe sociais, compreendendo suas diversidades internas, suas distribuições pelos mais diversos e distantes lugares, suas múltiplas e distintas características, étnicas, raciais, lingüísticas, religiosas e outras. Nesse sentido é que as classes sociais, por seus movimentos sociais, partidos políticos e correntes de opinião podem trans-

² Os conceitos de internacionalização das questões sociais e trabalhistas aqui utilizados se apoiam em IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

bordar as nações e regiões, manifestando-se em âmbito cada vez mais amplo. O que já é verdade para grupos e classes dominantes, que se comunicam e articulam cada vez mais em escala mundial, pode tornar-se também realidade para os grupos e as classes subalternas, a despeito de suas diversidades internas e de sua dispersão por todos os recantos do mapa do mundo. (IANNI, 1996, p.53).

Dentro dessa clara perspectiva de difusão mundial, também os ideais de *progresso, modernização* são lançados como padrões e referências internacionais de atividades e mentalidades a serem alcançados. Ela é feita claramente pela mídia impressa e eletrônica, organizadas em redes transnacionais, através do idioma inglês (língua oficial das transações econômico-político-jurídico-culturais do mundo capitalista) para alterar os antigos padrões regionais e legitimar os novos padrões, valores e instituições calcados nos modelos americanos e da Europa Ocidental, mais compatíveis com as atuais relações internacionais. Elas ajudam também a difundir uma idéia de integração e homogeneização baseada na força indiscutível do capitalismo mundial, contra as noções de variedade e multiplicidade, e a favor de uma única maneira de pensar, agir e sentir sedimentada pelos principais valores e instituições das sociedades capitalistas dominantes.

No âmbito das relações do trabalho, flexibiliza-se, terceiriza-se em nome das políticas de racionalização, competitividade e enxugamento da “produção” sem gorduras de pessoal (*clean production*). O efeito combinado dessas práticas, levaram à precariedade dos empregos e à redução da proteção social, com a desregulamentação e desmantelamento das conquistas sociais e democráticas (conseguidas através das lutas sindicais e sociais) e à diminuição dos salários pela competição internacional.

No entanto, as maiores vantagens internacionais são das indústrias que empregam mão-de-obra intensiva em conhecimentos, favorecendo reduções no uso de matérias-primas e energia nos processos de produção, e assegurando ótimos níveis de qualidade a um custo menor. Assim, o produto fabricado nessa nova perspectiva empresarial, depende cada vez mais da relação homem/máquina, conferindo um novo critério para medir a produtividade desse novo segmento de trabalhadores de alto nível técnico e numericamente reduzidos, em contrapartida à grande massa de trabalhadores de existência precária, sem proteção social e sujeitos ao mercado informal e ao desemprego. “No padrão atual de acumulação do progresso técnico, ‘produzir’ é cada vez mais ‘produzir inovação’”. (BENARDES, 1994, p.36).

3. A questão social

A questão social segundo Robert Castel é uma aporia fundamental sobre a qual uma *sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. Ela é um desafio que, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que em termos políticos se chama uma nação) de existir como um conjunto ligado por relações de interdependência.* (apud WANDERLEY, 1997, p.18). *Para Wanderley (a questão social fundante que permanece sob formas variáveis nesses 500 anos do descobrimento a nossos dias, centra-se nas extremas desigualdades e injustiças que reinam na estrutura social dos países latino-americanos, resultante dos modos de produção e reprodução social, dos modos de desenvolvimento, que se formaram em cada sociedade nacional e na região em seu complexo. Ela se funda nos conteúdos e formas assimétricas assumidas pelas relações sociais, em suas múltiplas dimensões econômicas, políticas, culturais e religiosas, com acento na concentração de poder e de riqueza de classes e setores sociais dominantes e na pobreza generalizada de outras classes e setores sociais que constituem as maiorias populacionais, cujos impactos alcançam todas as dimensões da vida social, do cotidiano às determinações estruturais.* (1997, p.53)

Desde a colonização, as relações da América Latina³ com suas antigas metrópoles e posteriormente com o imperialismo inglês e americano foram sempre marcadas por relações de desigualdade econômica, política, social, jurídica e cultural, combinando sempre “uma posição de vanguarda do atraso e de atraso da vanguarda”. Vale dizer, segundo Oliveira, que a América Latina e especialmente o Brasil estiveram sempre a reboque do processo capitalista. Enquanto colônia, o Brasil funcionou como lugar de produção baseado no tráfico de escravos e reproduzindo em seu território o próprio sistema que já começava a se extinguir na Europa. Enquanto isso,

as treze colônias americanas, a Austrália e Nova Zelândia se estruturaram como colônias de povoamento, portanto na retaguarda do processo de expansão capitalista mercantil, ligadas ao mesmo apenas como escoadouro de excedentes populacionais de variada origem (perseguições religiosas, colônia de degredo, desestruturação agrária). Por oposição, as colônias de povoamento nasciam como retaguarda, mas essa condição propiciou, imediatamente, um tipo de economia e de sociedade que logo transitou para o trabalho livre.

³ O termo *latino* é aqui empregado para designar “latinidad” expressada em suas culturas e contra os Estados Unidos, do destino manifesto. WANDERLEY, op. cit., p.51.

A vantagem da vanguarda do atraso logo transformou-se numa desvantagem, cujos efeitos seculares perduram, apesar ou talvez 'et pour cause'. (OLIVEIRA, 1997, p.1)

Daí para frente, podemos observar os mesmos mecanismos de dissintonia constante na história dos países latino-americanos (incluído, é claro o Brasil) de pequenos avanços e grandes recuos, quase sempre na “vanguarda do atraso” do processo de expansão capitalista. É deste ponto de vista e a partir da visão de Oliveira, que as desigualdades e os “atrasos” vêm se acumulando ao longo da história do Brasil, que chegou “aos mesmos limites superiores do capitalismo desenvolvido, sem ter atingido seus patamares mínimos”.

É assim que segundo ainda Oliveira (1997, p.05) a vanguarda do atraso, mal ultrapassada as fronteiras da segunda revolução industrial, logo se viu às voltas com a perda da capacidade regulatória do Estado, que vai desde a incapacidade para regular o sistema econômico em suas áreas político-territoriais, até apresentar a fratura exposta da violência privada e dos grupos, gangues, redes de narcotráfico, que tornam letra morta o monopólio legal da violência. Não precisamos citar especificamente nenhum de nossos países: em todos, sem nenhuma exceção, o Estado é uma presa fácil da violência privada, que ele mesmo, em sua função de “condottieri” e, por conseqüência, em sua dilapidação financeira, estimulou até o surreal.

Para podermos situar convenientemente o problema da desigualdade social, especialmente nas nossas sociedades periféricas, é necessário que foquemos com especial atenção o da *exclusão social*. Muito se tem falado, escrito e debatido sobre a questão, tanto do ponto de vista acadêmico como fora dele. Para podermos começar a situar o problema, é necessário primeiro esclarecer que ele será tratado como o fez Martins, de uma

perspectiva sociológico-política (e não econômico-social), entendendo-se “política”, não no sentido partidário, mas como uma reflexão sociológica entre a sociedade e o Estado. Porque esse é o âmbito da intervenção eficaz da sociedade civil, do povo e, mais especificamente, das vítimas (aqueles que nas pautas de encontros de reflexão e de estudo são vagamente definidos como “excluídos”). Porque esse é o âmbito da reivindicação e, até, exigência dos direitos sociais. (1997, p.13)

Na verdade, e ainda segundo Martins, o conceito de exclusão não existe sociologicamente, existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua

reivindicação corrosiva. Essas reações, porque não se trata estritamente de exclusão, não se dão fora dos sistemas econômicos e dos sistemas de poder. Elas constituem o imponderável de tais sistemas, fazem parte deles ainda que os negando. As reações não ocorrem de fora para dentro; elas ocorrem no interior da realidade problemática, “dentro” da realidade que se produziu os problemas que as causaram. (1997, p.14)

É por isso que as políticas econômicas atuais, no Brasil e em outros países, seguem o que está sendo chamado de modelo neoliberal, implicam a proposital inclusão precária e instável, marginal. Não são, propositalmente, políticas de exclusão. São políticas de inclusão das pessoas nos processos econômicos, na produção e na circulação de bens e serviços, estritamente em termos daquilo que é racionalmente conveniente e necessário à mais eficiente (e barata) reprodução do capital. E, também, ao funcionamento da ordem política, em favor dos que dominam. Esse é um meio que claramente atenua a conflitividade social, de classe, politicamente perigosa para as classes dominantes. (MARTINS, 1997, p.34)

O problema da exclusão/inclusão fica claramente colocado a partir do exemplo de Martins sobre as meninas prostitutas de Fortaleza, que se integram economicamente no mercado ao serem incluídas como prostitutas, desintegrando-se moral e socialmente como cidadãs. É por isso que Martins chama a atenção para uma questão crucial: o da inclusão. Esse momento de passagem da exclusão para a inclusão e que têm se constituído num “modo de vida”, em vez de um período transitório como costumava ser, é que tem sido a razão do grande sofrimento e das grandes dificuldades sociais. É essa passagem problemática e não provisória que tem levado a se considerar uma outra sociedade paralela, constituída de cidadãos de 2ª categoria, separados por estamentos rígidos, numa espécie de sociedade feudal, dividida em dois mundos distintos, fazendo do mundo dos excluídos, um mundo mimético e manipulável pela mídia, e abrindo-se entre esses dois mundos uma fratura difícil de ultrapassar.

Este processo que nós chamamos de exclusão não cria mais os pobres que nós conhecíamos e reconhecíamos até outro dia. Ele cria uma sociedade paralela que é includente do ponto de vista econômico e excludente do ponto de vista social, moral e até político. E continua, a nossa sociedade está se transformando numa sociedade dupla, duas ‘humanidades’ na mesma sociedade. De um lado, uma humanidade constituída de integrados (ricos e pobres). Todos, inseri-

dos de algum modo, decente ou não, no circuito reprodutivo das atividades econômicas: todos têm o que vender e o que comprar. Essa é a nova desigualdade. Além disso, têm direitos reconhecidos, têm um lugar assegurado no sistema de relações econômicas, sociais e políticas. Mas está crescendo brutalmente no Brasil uma outra sociedade que é uma sub-humanidade: uma humanidade incorporada através do trabalho precário, no trambique, no pequeno comércio, no setor de serviços mal pagos ou, até mesmo, excusos. O conjunto da sociedade já não é a sociedade da produção, mas a sociedade do consumo e da circulação de mercadorias e serviços. Portanto o eixo de seu funcionamento sai da fábrica e vai para o mercado. (MARTINS, 1997, p.35-6)

Conclusão

Oliveira conclui em seu trabalho aqui citado, que o compromisso do intelectual é de radicalizar a crítica e conforme (citação dele) a lição de Adorno, radicalizar no sentido de cobrar as promessas do conceito: no caso sob exame, as promessas contidas na democracia. Um outro grande clássico, ainda segundo Oliveira, Gramsci, aconselhava a, nas crises, afiar o “pessimismo da razão”, para ajudar ao “otimismo da vontade”, que só pode surgir da praxis das classes dominadas, para responderem e derrotarem esse holocausto sem câmaras de gás.

Para Martins, a sociedade capitalista desenraíza, exclui, para incluir, e esta é definitivamente a questão crucial: como incluir. De um lado, esse período da passagem exclusão/inclusão tem-se transformado num modo de vida, ao invés de um período transitório, e por outro lado, a forma de reinclusão costuma se dar no plano econômico, mas não no plano social e quando o Estado abdica de suas responsabilidades sociais, cabe à Sociedade Civil resolver os seus problemas. Henri Léfèbvre chamou a isso necessidades radicais, necessidades que derivam de contradições subjetivamente insuportáveis e que não podem ser atendidas se a sociedade não sofrer mudanças fundamentais e profundas de responsabilidade de todos: se a sociedade não se modernizar revolucionando suas relações arcaicas, ajustando-as de acordo com as necessidades do homem, e não de acordo com as conveniências do capital.

Muito se tem dito que a mundialização econômica é irreversível e que é preciso “saber conviver” com as novas formas de desigualdades do mundo moderno e que as regulamentações financeiras e internacionais são incompatíveis com o novo processo de expansão do capitalismo monopolista. No entanto, no início desse século, após a Depressão de 29, o que se constatou foi uma rígida regulamen-

tação das atividades financeiras internacionais, além de medidas reguladoras e ajustes nas economias nacionais, que ocorreram quando essas medidas se tornaram necessárias. Diante desse quadro retrospectivo, por que não se esperar que medidas igualmente saneadoras e limitadoras também não serão tomadas?

Martins cita ainda um outro trecho de Léfèbvre que eu gostaria de concluir aqui: a utopia é o possível, o possível é o eixo da luta e a consciência de quem luta. A utopia é a proposta de uma transformação do mundo alicerçada no possível. A utopia está no residual, está naquilo que não pode ser capturado pelo poder e pelos que têm poder. Há coisas que não podem ser capturadas, na nossa vontade, na nossa consciência, no nosso modo de viver, naquilo que nós achamos que é justo, no nosso trabalho. Há um irredutível em nossa vida... O poder absoluto do capitalismo não existe, é uma farsa e uma fraude. É um sonho de capitalistas. (1997, p.126-7)

SMOLENTZOV, Vera Maria Neves. "Economic mondialisation" and social exclusion. **Economia & Pesquisa**, Araçatuba, v.1, n.1, p. 39-50, mar.1999.

Abstract: This article is about the social exclusion problem as capitalism issue aggravated by economic "mondialisation".

Keywords: Economic "mondialisation"; social exclusion.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alice Rangel de Paiva. Especialização flexível e gêneros: debates atuais. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 1, jan./mar. 1994.
- BERNARDES, Roberto. Trabalho: a centralidade de uma categoria analítica. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8 n.1, jan./mar. 1994.
- CASTEL, Robert et ali. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ, 1997.
- CEPÊDA, Vera. **Raízes do pensamento político de Celso Furtado**. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP.
- CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- HOBBSBAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- IANNI, Octávio. **Modernidade, globalização e exclusão**. São Paulo: Imaginário, 1996.
- . O Mundo do Trabalho. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 1,

- jan./mar, 1994.
- IANNI, Octávio.. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.
- MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- OLIVEIRA, Francisco de. Vanguarda do Atraso e Atraso da Vanguarda: Globalização e Neoliberalismo na América Latina. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA, 21, 1997, São Paulo. **Anais ...** São Paulo: ALAS 1997.
- SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.
- WANDERLEY, Luis Eduardo. **A questão social no contexto na globalização: o caso latinoamericano e o caribenho**. São Paulo: EDUC, 1997.